

ÍNDICE:

Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Exercício	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa-DFC (Método Indireto)	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL	5
Demonstração do Resultado Abrangente-DRA	6
Demonstração do DVA – Valor Adicionado	6
Notas explicativas	7
Relatório da Auditoria Independente (ACS Auditoria e Consultoria Contábil)	27

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		8.962.549	8.455.775
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	8.466.558	8.272.146
CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	6	483.943	176.764
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	7	6.860	6.860
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	8	5.188	5
IMOBILIZADO	9	136.791.632	141.508.927
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - REDE BASICA	9.1	(14.001.638)	(9.139.799)
INTANGIVEL	10	801.253	831.933
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - REDE BASICA	10.1	(88.426)	(57.746)
DEMAIS INSTALACOES - INTANGIVEL EM CURSO	10	736.279	736.279
TOTAL DO ATIVO		146.555.434	150.796.635
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		8.777.331	10.115.947
FORNECEDORES	11	493.055	514.117
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	12	7.206.161	9.023.197
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	12.1	3.917.366	6.678.197
DEBENTURES	12.2	3.288.795	2.345.000
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS	13	112.967	105.668
TRIBUTOS	14	506.924	431.878
DIVIDENDOS DECLARADOS E JUROS SOBRE O CAPITAL	15	-	-
ENCARGOS SETORIAIS	16	19.809	38.896
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	17	438.416	2.190
PASSIVO NAO CIRCULANTE		96.343.633	99.211.538
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	18	96.343.633	99.211.538
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	18.1	68.423.325	69.811.538
DEBENTURES	18.2	27.920.308	29.400.000
PATRIMONIO LIQUIDO	19	41.434.470	41.469.150
CAPITAL SOCIAL	19.1	38.880.000	38.880.000
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO - DOMICILIADOS NO PAIS		38.880.000	38.880.000
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		38.880.000	38.880.000
RESERVA DE LUCRO	19.3	2.635.995	1.488.369
RESERVA LEGAL		2.635.995	1.488.369
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	19.3.1	2.635.995	1.488.369
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76		2.635.995	1.488.369
RESERVAS ESTATUTARIAS	19.3.2	-	-
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		-	-
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		-	-
RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	19.2	74.105	71.773
ADIANTAMENTOS		74.105	71.773
AFAC-ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		74.105	71.773
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		74.105	71.773
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	19.4	(155.630)	1.029.008
LUCROS ACUMULADOS		(155.630)	1.029.008
LUCROS ACUMULADOS		(155.630)	1.029.008
LUCROS ACUMULADOS (após dividendos e reserva legal)		1.029.008	(3.590.808)
RESULTADO DO EXERCÍCIO (após dividendos e reserva legal)		(1.772.420)	4.532.701
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (após reserva legal)	19.4.1	587.781	87.116
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		146.555.434	150.796.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO-DRE

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	20	41.999.648	43.077.487
Receita Permitida	20.1	41.561.659	42.758.942
Outras Receitas - CCEE	20.2	437.989	318.389
Receita de Juros Ativos		-	155
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	21	(1.906.124)	(3.986.368)
Vendas Canceladas / Descontos		(27)	(2.124.872)
Vendas Canceladas		(27)	(2.124.872)
Tributos e Encargos		(1.906.097)	(1.861.496)
Tributos	21.1	(1.520.299)	(1.494.765)
PIS/COFINS		(1.520.299)	(1.494.765)
Encargos	21.2	(385.798)	(366.731)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(385.798)	(366.731)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		40.093.524	39.091.119
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(7.995.243)	(7.685.561)
Pessoal		(1.410.565)	(1.195.789)
Material		(205.656)	(63.849)
Serviços de terceiros		(602.266)	(607.365)
Arrendamentos e aluguéis		-	(504)
Seguros		(93.017)	(106.182)
Doações		-	-
Tributos e taxas		(178)	(2.690)
Depreciação e Amortização		(4.892.519)	(4.905.358)
Gastos diversos		-	(12.757)
Despesas gerais e administrativas		(791.043)	(791.066)
Outras despesas operacionais		-	-
RESULTADO FINANCEIRO	25	(9.766.437)	(6.132.923)
Receitas Financeiras			
Receitas com aplicações financeiras		205.718	69.131
Outras receitas financeiras		-	47.534
(-) Despesas Financeiras			
Juros		(9.971.820)	(6.249.043)
IOF, Comissões e Taxas		(230)	(350)
Multas e acréscimos moratórios		(104)	(195)
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		22.331.845	25.272.635
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO		1.965	1.691
Rendas da Prestação de Serviços			
Compartilhamento de Infraestrutura		1.965	1.691
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		22.333.810	25.274.326
CSLL - corrente	26	(465.870)	(456.898)
IRPJ - corrente	27	(853.669)	(835.637)
LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		21.014.271	23.981.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-DFC (Método Indireto)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício (antes do IR e CSLL)	22.333.810	25.274.326
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.319.539)	(1.292.536)
Ajuste de Exercícios Anteriores	618.717	91.701
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização e Depreciação	4.892.519	4.905.358
Perdas do Ativo Imobilizado	-	-
	<u>26.525.507</u>	<u>28.978.848</u>
Aumento (ou redução) nos Ativos e Passivos operacionais		
Consumidores (clientes)	(307.179)	38.878
Tributos Compensáveis	-	(6.193)
Outros Ativos Circulantes	(5.183)	2
Fornecedores	(21.063)	(3.380.915)
Salários e encargos	7.299	(8.503)
Tributos a recolher	75.045	(94.815)
Encargos Setoriais	(19.087)	(185.496)
Outros Passivos Circulantes	436.225	155
	<u>166.059</u>	<u>(3.636.886)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>26.691.566</u>	<u>25.341.962</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(144.544)	(3.368)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(144.544)</u>	<u>(3.368)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.332	5.738
Pagamentos de Dividendos	(21.670.000)	(18.250.000)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - curto prazo	(1.817.037)	(7.442.381)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - longo prazo	(2.867.905)	2.709
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(26.352.610)</u>	<u>(25.683.934)</u>
Aumento ou redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>194.412</u>	<u>(345.340)</u>
Demonstrações do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	8.272.146	8.617.486
No fim do período	8.466.558	8.272.146
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>194.412</u>	<u>(345.340)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO-DMPL

	Reserva de lucros				Total
	Capital social (incluindo o AFAC)	Legal (Art. 193 - L 6404/76)	Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.946.035	284.694	(3.590.808)	-	35.639.922
Aumento de capital e AFAC	5.738	-	-	-	5.738
Lucro líquido do exercício	-	-	23.981.790	-	23.981.790
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	91.701	-	91.701
Reserva Legal	-	1.203.675	(1.203.675)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(5.995.448)	-	5.995.448
Dividendos adicionais propostos	-	-	(12.254.552)	-	12.254.552
Dividendos pagos	-	-	-	-	(18.250.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	38.951.773	1.488.369	1.029.008	-	41.469.150
Saldos em 31 de dezembro de 2020	38.951.773	1.488.369	1.029.008	-	41.469.150
Aumento de capital e AFAC	2.332	-	-	-	2.332
Lucro líquido do exercício	-	-	21.014.271	-	21.014.271
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	618.717	-	618.717
Reserva Legal	-	1.147.626	(1.147.626)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(5.253.568)	-	5.253.568
Dividendos adicionais propostos	-	-	(16.416.432)	-	16.416.432
Dividendos pagos	-	-	-	-	(21.670.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	38.954.105	2.635.995	(155.630)	-	41.434.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE-DRA

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo Líquido do Exercício		
Lucro Líquido do Exercício	21.014.271	23.981.790
Ajuste de exercícios anteriores	618.717	91.701
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	21.632.988	24.073.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS – DVA

INDICADORES ECONÔMICOS-FINANCEIROS DETALHAMENTO DA DVA	31/12/2021	31/12/2020
1 - Receitas	42.001.587	40.954.306
1.1 - Receita Operacional (já deduzindo as vendas canceladas)	41.999.622	40.952.615
1.2 - Outras receitas/resultados (não operacionais)	1.965	1.691
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	(11.954.859)	(8.163.170)
2.1 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(11.954.859)	(8.163.170)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	30.046.728	32.791.136
4 - RETENÇÕES	(4.892.519)	(4.905.358)
4.1 - Depreciação e Amortização	(4.892.519)	(4.905.358)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	25.154.209	27.885.779
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	205.718	116.664
6.1 - Receitas Financeiras	205.718	116.664
6.2 - Doações e Subvenções para investimentos	-	-
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	25.359.926	28.002.443
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	25.359.926	28.002.443
8.1 - PESSOAL E ENCARGOS	1.173.753	935.893
8.1.1 - Remuneração direta (incluindo os benefícios)	1.086.027	858.243
8.1.2 - F.G.T.S.	87.726	77.651
8.2 - IMPOSTOS E TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	3.171.902	3.084.760
8.2.1 - Federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS)	2.839.839	2.787.300
8.2.2 - Federais (Previdência Social/INSS)	332.063	297.459
8.2.3 - Estaduais	-	-
8.2.4 - Municipais	-	-
8.3 - REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	21.014.271	23.981.790
8.4 - REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	21.014.271	23.981.790
8.4.1 - Prejuízo do exercício	-	-
8.4.2 - Lucro do exercício	21.014.271	23.981.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **SUBESTACAO AGUA AZUL SPE S.A.** (a "Companhia" ou "AGUA AZUL") foi constituída em 09 de maio de 2016 e é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 3530049179-3, em sessão do dia 31 de maio de 2016, não possui filiais, e tem por objeto social o fim específico e exclusivo de prestar o serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio da construção, operação e manutenção das instalações do trecho de linhas de transmissão referentes ao Lote S, conforme especificações no Edital do Leilão n. 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e no competente Contrato de Concessão, objeto do Processo n. 48500.003580/2015-77, incluindo, entre outros: (i) a execução e supervisão dos serviços de construção, montagem, manutenção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica e subestações; (ii) a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica que lhe tenham sido delegados ou cuja exploração lhes tenha sido concedida pela Administração Pública; (iii) o desenvolvimento de atividades correlatas ou que apresentem sinergia com as atividades acima, incluindo a elaboração e execução de projetos de engenharia e manejo ambiental necessário à consecução de tais atividades, e (iv) o envolvimento com questões sociais com a região onde se encontram suas instalações através de ações comunitárias bem como disponibilização de recursos físicos e logísticos caso solicitados por órgão competente. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na cidade de Guarulhos, na Estrada Acácio Antonio Batista, 4155, Vila Nova Bonsucesso, CEP 07175-080.

1.1 – Da Concessão

A "Companhia" sagrou-se vencedora do leilão ao arrematar o Lote S, conforme especificado no Edital do Leilão n. 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e no Contrato de Concessão n. 19/2016, processo 48500.003580/2015-77, datado de 27 de junho de 2016.

A "Companhia" está em fase operacional e tem a Zopone Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ 59.225.698/0001-96, como sua subsidiária integral.

Conforme cláusula segunda do contrato de concessão, o prazo para entrada em operação era até 27 de junho de 2019, mas a "Companhia" antecipou esse prazo em aproximadamente cinco meses e entrou em operação no dia 06 de fevereiro de 2019.

A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 31.107.925,00 (trinta e um milhões, cento e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais), conforme cláusula sexta do contrato de concessão, e é corrigida anualmente, no mês de julho de cada ano, compreendendo o período entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano subsequente.

A ANEEL, conforme Resolução Homologatória nº 2.725, de 25 de junho de 2020, estabeleceu a RAP para o período de julho de 2020 até junho de 2021 no valor de R\$ 36.774.573,32 (trinta e seis milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos), SEM PIS E COFINS, e conforme Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de junho de 2021, a RAP para o período de julho de 2021 até junho de 2022 é de R\$ 39.918.014,25 (trinta e nove milhões, novecentos e dezoito mil, quatorze reais e vinte e cinco centavos), SEM PIS E COFINS.

1.2 – Descrição do projeto

INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO localizadas no estado de São Paulo, compostas pela SE Água Azul 440/138 kV, (6 x 1R) x 100 MVA; CONEXÕES DE UNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO, ENTRADAS DE LINHA, INTERLIGAÇÕES DE BARRAMENTOS, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Implementação de dois trechos de linha de Linha de Transmissão em 440 kV, em circuito simples, entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bom Jardim – Santo Ângelo e a Subestação Água Azul, com extensão aproximada de 1 km, as duas ENTRADAS DE LINHA correspondentes na Subestação Água Azul, e a aquisição dos equipamentos necessários as modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações Bom Jardim e Santo Ângelo; e dois trechos de Linha de Transmissão em 138 kV, em circuito duplo cada, entre a ponto de seccionamento da Linha de Transmissão 138kV Mairiporã – Santo Ângelo C1 e C2 e a Subestação Água Azul, com extensão aproximada de 1 km, as quatro ENTRADAS DE LINHA correspondentes na Subestação Água Azul, e a aquisição dos equipamentos necessários as modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações Mairiporã e Santo Ângelo.

1.3 Das Licenças, Autorizações e Termos

Em 15 de dezembro de 2017, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente / Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB emitiu a AUTORIZAÇÃO nº 112975/2017, acompanhada da planta denominada "Implantação Geral do Empreendimento e Intervenções Ambientais, para as atividades de supressão de vegetação nativa e corte de árvores nativas isoladas para a construção da Subestação – SE de 440/138 Kv Água Azul , Processo CETESB nº 48/2017. Recebeu também o Parecer Técnico nº 116/17/I, que tratou da análise da solicitação da referida Autorização.

Recebeu também em 15 de dezembro de 2017, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente / Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, o TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PRESERVAÇÃO DE RESERVA LEGAL nº 112951/2017, se comprometendo a: preservar e recuperar, quando necessário, a Reserva Legal compreendida nos limites nele indicados e perfeitamente delimitado na planta e no local da propriedade, não podendo fazer qualquer intervenção na vegetação, a não ser com a autorização do órgão ambiental competente.

Em 18 de janeiro de 2019, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo-CETESB emitiu a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº 2490, processo nº 48/2017 (CETESB 041523/2018-24), com base no parecer técnico nº 014/19/IE, na Licença Ambiental Prévia nº 2578 e na Licença Ambiental de Instalação nº 2512, com prazo de validade de 10(dez) anos, com as seguintes informações:

Identificação do Empreendimento:

Nome: SUBESTAÇÃO – SE DE 440/138 KV ÁGUA AZUL E RAMAIS ASSOCIADOS

Logradouro: Estrada do Morro Grande, S/N, Bairro Bom Sucesso

Município: GUARULHOS

Caracterização do Empreendimento:

Descrição: Implantação da Subestação – SE de 440/138 Kv, com área construída de aproximadamente 5,7 ha em área total de 11,75 ha.

Em 05 de setembro de 2019, conforme Ato nº 5485, a Agência Nacional de Telecomunicações–ANATEL outorgou autorização de uso de radiofrequência nº 459.8625 MHz / 469.8625 MHz, com validade até 13 de agosto de 2039.

Em 17 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Telecomunicações–ANATEL, onde a “ÁGUA AZUL” possui nº da entidade 4503180 e nº da estação 1009025314, emitiu a Licença para Funcionamento de Estação nº 003199/2019-SP, para as frequências 459,8625 MHz e 469,8625 MHz.

Em 13 de dezembro de 2018 e 03 de maio de 2019, a “Companhia” obteve o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros-AVCB nº 389000 e 407057, respectivamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1.4 Certificado de Conclusão

Em 14 de novembro de 2018, a Prefeitura Municipal de Guarulhos, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano-SDU, Departamento de Licenciamento Urbano-SDU 02, Divisão Técnica de Licenciamento de Edificações-SDU 02.09, emitiu o Certificado de Conclusão nº H-279/2018 com o seguinte teor: Certifico, conforme consta no Processo Administrativo n.º 19.444/2017, protocolado em 04/04/2.017, que a edificação: Construção de subestação de energia elétrica, de propriedade de SUBESTAÇÃO ÁGUA AZUL SPE S.A., CNPJ: 24.905.442/0001-45 em imóvel situado na Estrada do Morro Grande, Bairro: Bonsucesso neste Município, sob ITR nº 2.887.4951, aprovado e licenciado através de Alvará de Construção n.º A-377/17 expedido em 12/09/17; Área Total da Construção de 427,13m² (quatrocentos e vinte e sete metros e treze centímetros quadrados), Responsável técnico: Engenheiro Claudenor Zopone Junior, CREA 0601680959, ART 92221220161110157, está CONCLUÍDA e em conformidade com a legislação vigente, podendo ser utilizada para o fim a que se destina. Arquiteto Reginaldo Soares – Chefe de Divisão, Engenheira Elaine Cristina Fontana – Diretora SDU02.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de março de 2022 os diretores da “Companhia” autorizaram e aprovaram estas demonstrações contábeis regulatórias, vez que a “Companhia” não tem Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e elaboradas em conformidade com as normas, procedimentos e diretrizes estabelecidas pelo Órgão Regulador, contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, por meio de Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas e elaboradas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações financeiras para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da “Companhia”.

2.1 – Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 – Estimativas e premissas

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.3 – Classificação do circulante e não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realiza-lo ou se pretende vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realiza-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixas ou equivalentes de caixa.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realiza-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação no passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.4. Receita Anual Permitida (RAP)

Conforme cláusula sexta do Contrato de Concessão, a Receita Anual Permitida ("RAP") pré-estabelecida é de R\$ 31.107.925 (trinta e um milhões, cento e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais), em conjunto com as regras de reajustes e de revisão constantes na cláusula sete do referido contrato, salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais recuperáveis, relativas ao PIS e a COFINS, a ser auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão.

2.5. Reconhecimento das Receitas

A "Companhia" começou a reconhecer as receitas a partir de 06 de fevereiro de 2019, data em que a subestação entrou em operação, tendo adotado o regime de competência, não sobre a data de emissão o AVC enviado pelo ONS-Operador Nacional do Sistema Elétrico, mas sim, sobre a data de emissão das notas fiscais.

2.6. Receita de juros

A receita de juros será reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. Não tendo havido valores sobre essa rubrica nos exercícios abrangidos com a presente nota explicativa.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a. Ativos financeiros não derivativos. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b. Passivos financeiros não derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos são os empréstimos, debêntures e os fornecedores. Esses passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Sociedade, cujos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, monetários e/ou cambiais, incorridos até a data do balanço também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

c. Ativos e passivos financeiros derivativos. No final de 2020, a Sociedade não possuía ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos.

2.8 – Contingência

Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação de probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do corpo jurídico que assessora a Companhia.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

2.9 – Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores apresentados nestas demonstrações contábeis tiveram suas casas decimais arredondadas, podendo, para fins de melhor ilustração, eventualmente, estarem representados com as duas casas após a vírgula (centavos). Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis para fins regulatórios.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, ou seja, com alta liquidez.

Os equivalentes de caixa foram contabilizados sob a rubrica Aplicações Financeiras a Curto Prazo, e no plano contábil identificados como Contas de Investimentos.

4.2. Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata. Esses valores são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e a determinação de sua classificação se dá no momento de seu reconhecimento inicial, no ato da contratação com a instituição bancária.

4.3. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas são relativas a prêmios de seguros a apropriar de ativos de propriedade da Entidade.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Muito embora não tenha havido lançamentos nessa rubrica, a “Companhia” revisará anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros da Sociedade para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo será estimado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

4.5. Imobilizado

4.5.1 – Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação aplicadas foram as estabelecidas em resoluções pelo Órgão Regulador.

O resultado da alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado, quando ocorrer, será determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e será reconhecido no resultado do exercício.

4.5.2 – Imobilizado em curso

A sociedade agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

4.6. Intangível

Os Ativos Intangíveis tem vidas úteis definidas, também são registrados pelo valor de custo de aquisição ou realização e sofrem deduções das amortizações, estas reconhecidas linearmente com base na via útil estimada, e sofrem também deduções das perdas em razão da redução ao valor recuperável acumuladas.

Os software corporativos, são capitalizados com base nos custos incorridos e que foram necessários para colocarem em estado de uso, e quando da sua amortização são levados em conta a vida útil estimada.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.7. Fornecedores

Os valores lançados sob essa rubrica são obrigações pela aquisição de insumos, bens e serviços, contabilizados no grupo passivo circulante, via de regra, adquiridos para pagamento em até 12 (doze) meses.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

4.9. Dividendos

Conforme artigo 14º do estatuto social, do lucro líquido apurado em demonstração do resultado do exercício, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos aos Acionistas, a título de dividendo obrigatório, na proporção das ações por eles detidas, podendo a “Companhia” levantar relatórios financeiros e balanços intermediários preparados com propósitos fiscais ou para distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, podendo haver, inclusive, pagamento de juros sobre o capital próprio aos Acionistas.

O pagamento/distribuição de dividendos dispensa anuência expressa de credores de longo prazo, em especial o BNDES e os DEBENTURISTAS, por conta da “Companhia” ter atendido todas as situações apresentadas no item XII, da cláusula décima (Obrigações especiais da beneficiária), do contrato de financiamento nº 18.2.0328.1, dentre as quais, a manutenção de contas “reservas” que asseguram saldos suficientes para pagamento de parcelas vincendas.

O Órgão Regulador estabelece no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, no item 6.3.25, que o valor de dividendos deverá ser calculado tomando-se como base o resultado societário, fato que poderá, dependendo das práticas, premissas e estimativas adotadas, fazer com que o valor dos dividendos pagos/distribuídos seja superior ao valor do lucro líquido apurado na contabilidade “regulatória” para determinados exercícios.

4.10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conforme facultado pela legislação tributária, para o ano de 2021, a Sociedade optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Os tributos devidos com base no lucro presumido são apurados trimestralmente – com encerramento nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15% sobre o lucro presumido, que para a atividade da “Companhia” é 8%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente superior a R\$ 60.000/trimestre. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro presumido, que para a atividade da “Companhia” é 12%.

4.11. Empréstimos e financiamentos – Covenants e garantias

A “Companhia” utilizou recursos de empréstimos para financiar a implantação do empreendimento.

Conforme INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA SUBESTAÇÃO ÁGUA AZUL SPE S.A. (“Escritura de Emissão” e “Emissão”, respectivamente), em seu anexo II, a “Companhia” tem a obrigação de apresentar anualmente o ICSD-Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, que é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias (de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) auditadas da Emissora, com base em períodos de verificação a cada 12 meses, a ser calculada pela Emissora (“Companhia”) e verificada pelo Agente Fiduciário. Item 23.

O financiamento junto ao BNDES tem como garantia a caução do penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas da “Companhia” de propriedade dos Acionistas.

O contrato firmado com o BNDES possui cláusulas restritivas, mas as basilares são:

-receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma “conta centralizadora”, aberta exclusivamente para esse fim;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

-constituir em favor do BNDES, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, "conta reserva" com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviços da totalidade da dívida, sendo que a movimentação da "conta reserva" só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;

-não constituir, sem prévia e expressa autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;

-não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no parágrafo segundo do artigo 202 da Lei 6404/76, salvo se verificado, cumulativamente, o atendimento de algumas condições, como:

a) exoneração da fiança mencionada na cláusula décima sétima, a qual a "Companhia" em 31/12/2020 já havia cumprido a sua totalidade;

b) manter o índice de cobertura do serviço da dívida-ICSD, apurado anualmente, igual a superior a 1,2 vezes;

c) o montante de caixa e/ou aplicações financeiras de livre movimentação, somados aos depósitos judiciais, após a referida distribuição de dividendos, deverá ser igual ou maior que a totalidade de provisões de contingências. Números estes, extraídos das demonstrações contábeis regulatórias anuais auditadas, referentes ao ano civil, ou alternativamente, ao período de 12(doze) meses, imediatamente anterior ao evento da distribuição de dividendos, e, por fim:

d) estar adimplente com todas as obrigações do contrato de financiamento, assim como com todas as obrigações do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças e do Contrato de Penhor da Totalidade das Ações da "Companhia";

-não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;

4.12. Capital Social

O capital social é todo composto por ações ordinárias, não incorrendo custo na emissão.

4.13. AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

São legítimos ingressos de recursos na Companhia, visando e obrigando que esta promova o futuro aumento de capital, ou, exceção à regra, que restitua o valor que ingressou. Por este motivo, nas demonstrações financeiras os valores ingressados sob essa rubrica já constarão como Capital Social.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	8.466.558	8.272.146
CONTAS BANCARIA - MOVIMENTO		3.384.329	1.249.583
CONTAS CORRENTES		3.384.329	1.249.583
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2881-9		1	1
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2882-7		1	1
BANCO SANTANDER - AG. 2271-C/C 13097681-9 (PGTO DEBENTURES)		7.817	427.948
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2883-5		1	1
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 452-9		1	1
BANCO SANTANDER - AG. 2271 - C/C 13095388-7 (CTA RECEBIMENT)		3.376.000	734.193
BANCO SANTANDER - AG. 2271 - C/C 13060260-8		508	1.200
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 518-5		1	86.237
BANCO DO BRASIL - AG 3369-3 - C/C 5656-1		-	-
EQUIVALENTES DE CAIXA		5.082.228	7.022.563
APLICACOES FINANCEIRAS		5.082.228	7.022.563
CONTAS DE INVESTIMENTOS		5.082.228	7.022.563
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2881-9 - INVEST PLUS		14.987	12.999
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2882-7 - INVEST PLUS		58	2.176.730
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2883-5 - INVEST PLUS		479	190
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 452-9 - INVEST PLUS		425	177
SANTANDER - AG. 2271-C/C 13096417-9-INVEST (RESERVA DEBENTUR		2.668.549	2.571.940
SANTANDER - AG. 2271-C/C 13039865-9-INVEST (RESERVA BNDES)		2.312.803	2.259.449
BANCO DO BRASIL - AG. 3369-3 - C/C 5656-1 - FUNDOS DE IN		1.101	1.078
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 518-5 - INVEST PLUS		83.826	-

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Referem-se a valores a receber de concessionárias e permissionárias relativas a serviços de transmissão de energia elétrica e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia. Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Em 31/12/2021 o saldo sob essa rubrica era de R\$ 483.943,21 (quatrocentos e oitenta e três mil, novecentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos), vez que a companhia adotou o reconhecimento de suas receitas quando da emissão das notas fiscais, o que representa aproximadamente 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) do total faturado no exercício 2021.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	7	6.860	6.860
TRIBUTOS FEDERAIS		6.860	6.860
TRIBUTOS PAGOS A MAIOR A COMPENSAR		6.860	6.860
IRPJ PAGO A MAIOR - A COMPENSAR		5.068	5.068
CSLL PAGO A MAIOR - A COMPENSAR		1.792	1.792

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	8	5.188	5
CREDITOS A RECEBER		5.188	5
EMPREGADOS		5.188	5
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		5.188	5
ADIANTAMENTO SALARIAL		4	5
ADIANTAMENTO DE 13. SALARIO		884	-
ADIANTAMENTO DE FERIAS		4.300	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

9. IMOBILIZADO

Imobilizado - EM SERVIÇO - Valores em R\$	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Terrenos	4.700.000,00	-	-	-	-	4.700.000,00	-	-	4.700.000,00	4.700.000,00
Edificações, obras civis e benfeitorias	28.267.103,08	-	-	-	-	28.267.103,08	-	(2.742.804,35)	25.524.298,73	26.477.706,83
Máquinas e equipamentos	117.584.593,72	144.544,36	-	-	-	117.729.138,08	144.544,36	(11.230.136,96)	106.499.001,12	110.252.654,84
Veículos	51.851,83	-	-	-	-	51.851,83	-	(21.354,00)	30.497,83	37.907,45
Móveis e utensílios	45.177,53	-	-	-	-	45.177,53	-	(7.343,03)	37.834,50	40.657,99
SUBTOTAL	150.648.726,16	144.544,36	-	-	-	150.793.270,52	144.544,36	(14.001.638,34)	136.791.632,18	141.508.927,11

Imobilizado - EM CURSO - Valores em R\$

Imobilizado - EM CURSO - Valores em R\$	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO

TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	150.648.726,16	144.544,36	-	-	-	150.793.270,52	144.544,36	(14.001.638,34)	136.791.632,18	141.508.927,11
----------------------------	----------------	------------	---	---	---	----------------	------------	-----------------	----------------	----------------

10. INTANGÍVEL

Intangível - EM SERVIÇO - Valores em R\$	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	153.400,00	-	-	-	-	153.400,00	-	(88.425,62)	64.974,38	95.654,37
SUBTOTAL	153.400,00	-	-	-	-	153.400,00	-	(88.425,62)	64.974,38	95.654,37

Intangível - EM CURSO - Valores em R\$

Intangível - EM CURSO - Valores em R\$	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Serviços	736.278,63	-	-	-	-	736.278,63	-	-	736.278,63	736.278,63
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	736.278,63	-	-	-	-	736.278,63	-	-	736.278,63	736.278,63

TOTAL DO INTANGÍVEL

TOTAL DO INTANGÍVEL	889.678,63	-	-	-	-	889.678,63	-	(88.425,62)	801.253,01	831.933,00
---------------------	------------	---	---	---	---	------------	---	-------------	------------	------------

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

11. FORNECEDORES

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
FORNECEDORES	11	493.055	514.117
FORNECEDORES DIVERSOS		493.055	514.117
FORNECEDORES DIVERSOS		493.055	514.117
SIEMENS S.A.		409.542	409.542
BANDEIRANTE ENERGIA S/A		-	320
ANDRE LUIS DA SILVA APOIO ADMINISTRATIVO		-	2.070
JOSE CAPEL HOTEL LTDA		561	-
IN FORMA SOFTWARE S/A.		1.646	1.646
MAGAZINE LUIZA S/A		-	6.834
TELEFONICA BRASIL S.A.		-	197
DISTRIBUIDORA SAFARI LTDA		-	287
SABESP -CIA DE SANEAM BASICO ESTADO DE SP		75	-
MARINS E FUNALETTI LTDA ME		161	-
ALGAR MULTIMIDIA S/A		10.769	-
CAIO NASCIMENTO PEREIRA DE JESUS		-	16.500
CIA BRASILEIRA DE SOLUCOES E SERVICOS		4.960	5.630
MS SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA LTDA		12.703	12.167
AMELIA WATANABE ME		1.325	825
PAESSLER SHOP		-	2.332
INSTITUTO ELITE CURSOS ON LINE LTDA		-	970
KALUNGA SA		-	298
PLANALTO HOTEL LTDA		-	500
ZAGARETTO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI		32.400	54.000
CELTGRID TECNOLOGIA LTDA		8.795	-
AUTOMA LINK LTDA		10.119	-

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – circulante

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	12	7.206.161	9.023.197
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	12.1	3.917.366	6.678.197
MOEDA NACIONAL		3.917.366	6.678.197
EMPRESTIMOS BANCOS DE FINANCIAMENTO		3.691.052	6.678.197
BNDES-BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		3.691.052	6.678.197
ENCARGOS DA DIVIDA		226.313	-
JUROS SOBRE EMPRESTIMOS		226.313	5.578.002
JUROS - CONTR 18.2.0328.1 - BNDES		226.313	3.601.671
JUROS REMUNERATORIOS - CONTR 18.2.0328-1-BNDES		-	1.976.330
(-) ENCARGOS DA DIVIDA - A AMORTIZAR		-	(5.578.002)
(-) JUROS TJLP + DIF - CONTR 18.2.0328-1-BNDES		-	(3.601.671)
(-) JUROS REMUNERATORIOS - CONTR 18.2.0328-1-BNDES		-	(1.976.330)
DEBENTURES	12.2	3.288.795	2.345.000
MOEDA NACIONAL		3.288.795	2.345.000
PRINCIPAL		2.520.000	2.345.000
PRINCIPAL		2.520.000	2.345.000
DEBENTURES CP		2.520.000	2.345.000
ENCARGOS DA DIVIDA		768.795	-
ENCARGOS - JUROS		768.795	2.349.450
JUROS - DEBENTURES		768.795	2.349.450
(-) ENCARGOS DA DIVIDA - A AMORTIZAR		-	(2.349.450)
(-) JUROS - DEBENTURES		-	(2.349.450)

As despesas com juros serão reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

12.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O contrato de financiamento junto ao BNDES aduz em sua cláusula terceira que sobre o valor principal incidirão juros de 2,49% ao ano, acima da Taxa de Juros a Longo Prazo-TJLP.

Conforme cláusula quinta do referido contrato de financiamento, o principal da dívida deve ser pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2020 e a última prestação em 15 de dezembro de 2033.

12.2 – DEBÊNTURES

A Companhia assinou em 19 de novembro de 2018 o Instrumento Particular de Escritura de 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, emitindo debêntures no valor de R\$ 35.000.000,00. Não houve outras emissões até 31/12/2021!

Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 (“Resolução CMN 3.947”), os recursos líquidos captados pela Emissora (“Companhia” por meio da Emissão, serão utilizados exclusivamente para pagamentos futuros ou reembolso de gastos despesas ou dívidas relacionados à implantação do projeto, que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta Restrita, conforme detalhado na tabela abaixo (“Projeto”).

Tem como banco liquidante e escriturador o Banco Bradesco S.A., e como agente fiduciário a instituição SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Data de Vencimento: as Debêntures terão vencimento em 15 de dezembro de 2029, e com amortizações conforme estabelecido na Cláusula 4.5, ressalvadas as hipóteses de (i) aquisição facultativa da totalidade para cancelamento, nos termos da Cláusula 4.13 abaixo; e (ii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures constantes da Cláusula 5.1 abaixo desta Escritura de Emissão, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive o artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 12.431, e ao artigo 1º da Resolução CMN 3.947 (“Data de Vencimento”).

Características Básicas: 4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (hum mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”); 4.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados; 4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Sociedades por Ações; 4.1.4. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures na forma dos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, pelo seu Valor Nominal Unitário (“Preço de Subscrição”), com ágio ou deságio a ser definido no Procedimento de Recebimento de Intenções, sendo considerada “Data da Primeira Integralização”, para fins da presente Escritura de Emissão, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso ocorra a subscrição e integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que foram integralizadas após a Data da Primeira Integralização será o seu Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização até a data de sua efetiva integralização; 4.1.5. - Data de Vencimento: as Debêntures terão vencimento em 15 de dezembro de 2029, e com amortizações conforme estabelecido na cláusula 4.5 abaixo, ressalvadas as hipóteses de (i) aquisição facultativa; e (ii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures desta Escritura de Emissão, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo do Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive o artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 12.431, e ao artigo 1º da Resolução CMN 3.947 (“Data de Vencimento”); 4.1.6. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas até 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures (“Quantidade de Debêntures”); 4.1.7. Comprovação de Titularidade e Cessão das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador no qual serão inscritos os nomes dos respectivos Debenturistas. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3, em nome do respectivo titular da Debênture.

A primeira amortização ocorreu em 15 de dezembro de 2019.

13. OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS	13	112.967	105.668
FOLHA DE PAGAMENTO		112.967	105.668
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		32.871	36.982
SALARIOS A PAGAR		31.624	35.849
PENSÃO ALIMENTÍCIA		1.247	1.133
FERIAS A PAGAR		61.844	57.153
FERIAS A PAGAR		61.844	57.153
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE		18.252	11.533
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE		18.252	11.533
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE		18.252	11.533
IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO A RECOLHER		18.252	11.533

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
TRIBUTOS	14	506.924	431.878
TRIBUTOS FEDERAIS		441.797	367.901
IMPOSTO DE RENDA		202.387	151.997
IRPJ 1. TRIMESTRE A RECOLHER		-	-
IRPJ 2. TRIMESTRE A RECOLHER		903	903
IRPJ 3. TRIMESTRE A RECOLHER		-	-
IRPJ 4. TRIMESTRE A RECOLHER		201.484	151.093
CONTRIBUICAO SOCIAL		119.998	87.369
CSLL 1. TRIMESTRE A RECOLHER		-	-
CSLL 2. TRIMESTRE A RECOLHER		849	849
CSLL 3. TRIMESTRE A RECOLHER		-	-
CSLL 4. TRIMESTRE A RECOLHER		119.149	86.521
PIS		21.265	22.890
PIS A RECOLHER		21.265	22.890
COFINS		98.146	105.645
COFINS A RECOLHER		98.146	105.645
TRIBUTOS MUNICIPAIS		851	1.553
ISS		851	1.553
ISS A RECOLHER		851	1.553
CONTRIBUICOES SOCIAIS		61.164	59.501
INSS A RECOLHER		47.679	47.259
INSS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE SALARIOS - A RECOLHER		26.301	27.348
INSS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE 13. SALARIO - A RECOLHER		-	35
INSS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE FÉRIAS - A RECOLHER		17.811	16.460
INSS RETIDO DE FORNECEDORES		3.567	3.416
FGTS		13.485	12.242
FGTS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE SALARIOS - A RECOLHER		8.537	7.670
FGTS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE 13. SALARIO - A RECOLHER		-	-
FGTS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE FÉRIAS - A RECOLHER		4.947	4.572
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE		3.113	2.923
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE		637	596
IRRF DE FORNECEDORES (1,50%) - A RECOLHER		637	596
PIS/COFINS/CSLL-IN 381-30/12/03		2.476	2.328
PIS/COFINS/CSLL-IN 381-30/12/03		2.476	2.328

15. DIVIDENDOS

Em 2021, a "companhia" pagou dividendos totais no valor de R\$ 21.670.000,00 (vinte e um milhões, seiscentos e setenta mil reais) à sua única acionista, a ZOPONE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Esse valor foi pago em moeda corrente nacional, nas seguintes datas:

02/01/2021 = 1.720.000
 26/01/2021 = 2.000.000
 28/02/2021 = 1.800.000
 29/03/2021 = 1.950.000
 27/04/2021 = 2.000.000
 27/05/2021 = 1.800.000
 28/06/2021 = 1.800.000
 28/07/2021 = 1.800.000
 27/08/2021 = 1.900.000
 29/09/2021 = 1.500.000
 27/10/2021 = 1.800.000
 01/12/2021 = 1.600.000

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

16. ENCARGOS SETORIAIS

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ENCARGOS SETORIAIS	16	19.809	38.896
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D		19.809	38.896
F.N.D.C.T.		13.206	25.931
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO		13.206	25.931
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO		13.206	25.931
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO - 0,40%		13.206	25.931
M.M.E.		6.603	12.965
M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		6.603	12.965
M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		6.603	12.965
M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - 0,20%		6.603	12.965

17. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	17	438.416	2.190
OUTROS CREDORES		438.416	2.190
ADIANTAMENTO DE CLIENTES		438.416	2.190
SÃO MARTINHO S/A		219	219
ENEL GREEN POWER DELFINA A EOLICA S.A.		113	113
TAMANDUA MIRIM 2 ENERGIA S.A.		20	20
ENEL GREEN POWER CRISTAL EOLICA S.A.		1.684	1.684
ENEL GREEN POWER DOIS RIACHOS EOLICA S.A.		38	38
CLIENTES DIVERSOS		1.152	62
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 5 S.A		55	55
TOYOTA DO BRASIL LTDA		72	-
BORRACHAS VIPAL S.A.		42	-
EOLICA CHUI IX S/A		21	-
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		435.000	-

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – não circulante

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	18	96.343.633	99.211.538
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	18.1	68.423.325	69.811.538
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NACIONAL		68.423.325	69.811.538
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - VALOR PRINCIPAL		68.423.325	60.794.205
FINANCIAMENTO - VALOR PRINCIPAL		68.423.325	60.794.205
BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		68.423.325	60.794.205
ENCARGOS DA DÍVIDA		-	9.017.333
ENCARGOS - JUROS		-	86.231.115
JUROS TJLP + DIF - CONTR 18.2.0328-1 - BNDES		-	63.300.459
JUROS REMUNERATORIOS - CONTR 18.2.0328-1 - BNDES		-	22.930.656
(-) ENCARGOS DA DÍVIDA A AMORTIZAR		-	(77.213.781)
(-) JUROS TJLP + DIF - CONTR 18.2.0328-1 - BNDES		-	(58.713.594)
(-) JUROS REMUNERATORIOS - CONTR 18.2.0328-1 - BNDES		-	(18.500.187)
DEBENTURES	18.2	27.920.308	29.400.000
MOEDA NACIONAL		27.920.308	29.400.000
VALOR PRINCIPAL ATUALIZADO		26.880.000	29.400.000
PRINCIPAL		26.880.000	29.400.000
DEBENTURES CP		26.880.000	29.400.000
ENCARGOS DA DÍVIDA		1.040.308	-
ENCARGOS - JUROS		1.040.308	9.646.846
JUROS - DEBENTURES		-	9.646.846
ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL		1.040.308	-
(-) ENCARGOS DA DÍVIDA A AMORTIZAR		-	(9.646.846)
(-) JUROS - DEBENTURES		-	(9.646.846)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

18.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O contrato de financiamento junto ao BNDES aduz em sua cláusula terceira que sobre o valor principal incidirão juros de 2,49% ao ano, acima da Taxa de Juros a Longo Prazo-TJLP.

Conforme cláusula quinta do referido contrato de financiamento, o principal da dívida deve ser pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2020 e a última prestação em 15 de dezembro de 2033.

18.2 – DEBÊNTURES

As Debêntures serão atualizadas monetariamente e farão jus a juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:
Atualização Monetária das Debêntures:

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data da Primeira Integralização até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), calculado de forma pro rata temporis por Dias Úteis.

Juros remuneratórios:

Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures, incluindo, conforme o caso, os Juros Remuneratórios incorporados na Data de Incorporação.

Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data da Primeira Integralização, da Data de Incorporação imediatamente anterior, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme definido abaixo), calculado em regime de capitalização composta pro rata temporis por Dias Úteis de acordo com a fórmula: $J = VNa \times (\text{FatorJuros}-1)$
Amortização do Valor Nominal Atualizado

Após decorrido o Período de Carência, o Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em 21 (vinte e uma) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures") e de acordo com os percentuais descritos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir ("Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser Amortizado"):

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Parcela	Data de Amortização	Percentual do valor nominal unitário a ser amortizado	Percentual do saldo do valor nominal unitário atualizado a ser amortizado
1	15/dez/19	3,00%	3,00%
2	15/jun/20	3,15%	3,25%
3	15/dez/20	3,15%	3,36%
4	15/jun/21	3,35%	3,69%
5	15/dez/21	3,35%	3,84%
6	15/jun/22	3,60%	4,29%
7	15/dez/22	3,60%	4,48%
8	15/jun/23	4,00%	5,21%
9	15/dez/23	4,00%	5,49%
10	15/jun/24	4,25%	6,18%
11	15/dez/24	4,25%	6,58%
12	15/jun/25	5,00%	8,29%
13	15/dez/25	5,00%	9,04%
14	15/jun/26	5,50%	10,93%
15	15/dez/26	5,50%	12,28%
16	15/jun/27	6,20%	15,78%
17	15/dez/27	6,20%	18,73%
18	15/jun/28	6,50%	24,16%
19	15/dez/28	6,50%	31,86%
20	15/jun/29	6,95%	50,00%
21	15/dez/29	6,95%	100,00%

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
PATRIMONIO LIQUIDO	19	41.434.470	41.469.150
CAPITAL SOCIAL	19.1	38.880.000	38.880.000
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO - DOMICILIADOS NO PAIS		38.880.000	38.880.000
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		38.880.000	38.880.000
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		38.880.000	38.880.000
RESERVA DE LUCRO	19.3	2.635.995	1.488.369
RESERVA LEGAL		2.635.995	1.488.369
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	19.3.1	2.635.995	1.488.369
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76		2.635.995	1.488.369
RESERVAS ESTATUTARIAS	19.3.2	-	-
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		-	-
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		-	-
RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	19.2	74.105	71.773
ADIANTAMENTOS		74.105	71.773
AFAC-ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		74.105	71.773
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		74.105	71.773
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	19.4	(155.630)	1.029.008
LUCROS ACUMULADOS		(155.630)	1.029.008
LUCROS ACUMULADOS (após dividendos e reserva legal)		1.029.008	(3.590.808)
RESULTADO DO EXERCÍCIO (após dividendos e reserva legal)		(1.772.420)	4.532.701
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (após reserva legal)	19.4.1	587.781	87.116

19.1 – CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o valor do capital social subscrito e integralizado levado a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo-JUCESP, R\$ 38.880.000, e o saldo existente na conta AFAC-Adiantamento para futuro aumento de capital, R\$ 74.105, o valor total do Capital Social é de R\$ 38.954.105 dividido em 38.954.105 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

19.2 – AFAC-ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A composição do saldo da conta AFAC em 31/12/2021 compreende:

Data	Valor
17/05/2019	21
17/05/2019	358
07/01/2019	741
23/11/2018	103
22/10/2018	57.825
28/09/2018	1.036
21/09/2018	21
04/09/2018	5.930
10/01/2021	2.332

19.3 – RESERVAS DE LUCROS

A rubrica reserva de lucro está composta por reserva legal (art. 193 – Lei 6404/76).

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
RESERVA DE LUCRO	19.3	2.635.995	1.488.369
RESERVA LEGAL		2.635.995	1.488.369
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	19.3.1	2.635.995	1.488.369
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76		2.635.995	1.488.369

19.3.1 – RESERVA LEGAL

É constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício até o limite de 20% do capital social.

Em 2021 o valor acrescentado ao resultado saldo de 31/12/2020 foi de R\$ 1.147.626,37, sendo R\$ 1.116.690,51 que é fruto do percentual sobre R\$ 22.333.810,15, que é o lucro líquido do exercício, e R\$ 30.935,86 que é fruto do percentual sobre R\$ 618.717,24, da rubrica "Ajuste de Exercícios Anteriores".

19.3.2 – RESERVAS ESTATUTÁRIAS

São as reservas de lucros estabelecidos no estatuto da "companhia". Em 31/12/2021 e 31/12/2020 não havia saldo sob essa rubrica.

19.4 – LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	19.4	(155.630)	1.029.008
LUCROS ACUMULADOS		(155.630)	1.029.008
LUCROS ACUMULADOS (após dividendos e reserva legal)		1.029.008	(3.590.808)
RESULTADO DO EXERCÍCIO (após dividendos e reserva legal)		(1.772.420)	4.532.701
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (após reserva legal)	19.4.1	587.781	87.116

Em 2021, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 22.333.810,15, antes do IRPJ e da CSLL. Conforme nota 15, houve o pagamento de R\$ 21.670.000,00 (vinte e um milhão, seiscentos e setenta mil reais) de dividendos e esse valor foi lançado contra a conta de Resultado do Exercício. Do lucro do exercício, 5% foram destinados para a Reserva Legal – art. 193 da Lei 7.404/76.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

19.4.1 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O saldo dessa rubrica é referente a ajustes nos saldos das contas “Empréstimos” que haviam sido considerados em 31/12/2021 e que foram recompostos durante o exercício de 2021.

De acordo com a Lei das S/A (Lei 6.404/1976), o resultado do exercício não deverá ter influência de efeitos pertencentes a exercícios anteriores e, dessa forma, só deverão transitar nas “contas de resultados” os valores que competem ao respectivo exercício.

A regularização de valores referentes a períodos anteriores não provocam reflexo no resultado do período e se referem a efeitos de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a determinado período anterior, e que não possam ser atribuídas a fatos subsequentes.

20 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA (já considerando as vendas canceladas)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA DE OPERACOES COM TRANSMISSAO DE ENERGIA		(41.999.621,63)	(40.952.614,52)
RECEITA DE ENCARGOS DE TRANSMISSAO		(41.999.621,63)	(40.952.614,52)
RECEITA PERMITIDA		(41.561.658,82)	(42.758.942,36)
REDE BASICA		(41.561.658,82)	(42.758.942,36)
VENDAS CANCELADAS / DESCONTOS		26,52	2.124.872,27
VENDAS CANCELADAS		26,52	2.124.872,27
OUTROS EVENTOS DA RECEITA PERMITIDA		(437.989,33)	(318.388,99)
QUOTA CDE		(437.989,33)	(318.388,99)
RECEITA DE JUROS ATIVOS		-	(155,44)
RECEITA DE JUROS ATIVOS		-	(155,44)

20.1 – RECEITA PERMITIDA

O saldo da conta Receita Permitida é a composto exclusivamente pelos valores das RAP mensais faturadas ao longo do exercício 2021.

20.2 – OUTRAS RECEITAS – CCEE

A “companhia” recebeu R\$ 437.989,33 da CAMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE. Para esses valores, não houve a emissão de notas fiscais, em razão da formalidade da geração do direito ao recebimento.

21 – DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
(-) TRIBUTOS SOBRE A RECEITA		1.520.299,38	1.494.764,76
PIS		270.738,25	266.190,98
PIS		270.738,25	266.190,98
PIS		270.738,25	266.190,98
COFINS		1.249.561,13	1.228.573,78
COFINS		1.249.561,13	1.228.573,78
COFINS		1.249.561,13	1.228.573,78
(-) ENCARGOS DO CONSUMIDOR		385.797,90	366.730,92
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D		385.797,90	366.730,92
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D		385.797,90	366.730,92
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E ENERGETICO-0,40%		159.438,30	155.820,61
M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA-0,20%		73.359,60	77.910,31
M.M.E.-CONTA CORRENTE-0,40%		153.000,00	133.000,00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

21.1 - TRIBUTOS

Os tributos incidentes sobre o valor das receitas, e deduzidos da receita operacional foram PIS e COFINS. De acordo com a forma de tributação que a "companhia" optou, a base de cálculo do PIS é 0,65% e a base de cálculo da COFINS é 3%.

21.2 – ENCARGOS

Para as demonstrações regulatórias, os encargos são deduzidos da receita operacional, conforme instrução no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Os valores no ano de 2019 são exclusivamente referente à rubrica Pesquisa e Desenvolvimento-P&D, e se referem ao total de 1% sobre o valor da receita operacional líquida, e destinados a:

- 0,40% ao F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E ENERGETICO;
- 0,20% ao M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA;
- 0,40% ao M.M.E.-MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - CONTA CORRENTE.

22. CONTIGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía contra si nenhum litígio trabalhista, cível, tributário e ambiental.

23. COVENANT – ICSD-Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - REGULATÓRIO		
	2021	2020
A) GERAÇÃO DE CAIXA	35.980.943,55	35.018.379,86
(+) EBITDA/LAJIDA	37.300.482,76	36.310.915,48
(-) Imposto de Renda	(853.669,34)	(835.637,33)
(-) Contribuição Social	(465.869,87)	(456.898,29)
B) SERVIÇO DA DÍVIDA	14.020.258,85	13.678.092,17
(+) Amortização de Principal	6.492.884,46	5.859.493,52
(+) Pagamento de Juros	7.527.374,39	7.818.598,65
C) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (A) / (B)	2,57	2,56


Cláudio Zopone
Diretor Administrativo
CPF 131.114.538-98


Roberto Wagner de Freitas
CRC 1SP-226446/O-5
CPF 132.951.988-45

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores da
SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A
Bauru –SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2021** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Empresas supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A.**, a cumprir os requisitos da ANEEL.

Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações Financeiras Societárias

A Empresa **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A.**, elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Araçatuba (SP), 13 de abril de 2022

ACS Auditoria e Consultoria Contábil
Crc 2SP026990/O-2



Alberto F Costa
Crc 1SP164292/O-0